

**Tradução, Transcodificação e Hibridismo Migrante:
Ngũgĩ wa Thiong’o e Chinua Achebe**

Dra. Ângela Lamas Rodrigues (USP)¹

RESUMO: *Escritores africanos diaspóricos estão freqüentemente envolvidos em negociações conflitantes entre culturas africanas e ocidentais, particularmente no que se refere à questão lingüística na África sub-saariana. Dois exemplos são Ngũgĩ wa Thiong’o e Chinua Achebe. O presente trabalho propõe uma leitura de suas políticas lingüísticas a partir dos conceitos de tradução e transcodificação definidos por Gayatri Spivak (2000). Enquanto prática literária que busca a preservação de diferenças, a política lingüística de Ngũgĩ pode ser lida como uma forma problemática de tradução. Por outro lado, o conceito de transcodificação apresenta-se como instrumento de análise capaz de propiciar uma leitura produtiva da proposta de Achebe por uma prática de escrita que valoriza a contaminação da língua inglesa.*

PALAVRAS-CHAVE: *tradução, transcodificação, língua inglesa, línguas africanas, hibridismo.*

Em “Translation as Culture”, Gayatri Spivak (2000) define duas formas problemáticas de relações culturais, que se estabelecem por meio da tradução e da transcodificação. Tomando como base os conceitos de tradução enquanto “uma incessante viagem de ida e volta” e uma “necessidade impossível”, propostos respectivamente pela psicanalista Melanie Klein e por Jacques Derrida, Spivak propõe uma explicação para o termo enquanto “fenômeno” inescapável e inatingível, que se revela no “mais íntimo ato de leitura” e a partir do qual se estabelece uma relação de amor em que a diferença é reconhecida e respeitada.² Ou ainda um não-lugar “onde o reconhecimento começa a partir da diferenciação”, constituindo o tradutor como um sujeito “responsável”, que adquire uma dívida infinita para com a língua materna. A tradução é assim entendida como um **processo** sem fim, sempre incompleto, “uma transferência que nunca pode ser total”, como disse Walter Benjamim (1968, p. 75), e que está, no entanto, sempre implicada na violência da representação. Por outro lado, a transcodificação é definida em termos de um movimento mecânico de um código semiótico para outro, facilmente transformado em **produto** final. Sem levar em conta a irredutibilidade da diferença entre culturas, a transcodificação apresenta-se como uma domesticação da tradução como processo e constitui, portanto, um acirramento da violência ocasionada pela representação. Um exemplo dessa “violência política da tradução enquanto transcodificação” pode ser encontrado, segundo Spivak, na “indústria contemporânea da tradução”, que sustenta uma divisão lingüística, um bilingüismo, entre a língua inglesa enquanto língua cosmopolita e abrangente e, de outro lado, os “idiomas” locais de Aborígenes e de povos subalternos.

Com efeito, a hegemonia da língua inglesa anda hoje de mãos dadas com a expansão do capitalismo financeiro e é sustentada pela indústria cinematográfica americana, pelos programas de ensino da língua (*English Language Teaching*), pela internet e, não menos

¹Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Modernas (FFLCH). Pós-doutorado, bolsista da FAPESP. Email: alrodrigues73@yahoo.com.br

² As traduções para o Português dos textos citados neste trabalho foram feitas pela autora.

importante, por sua contínua adoção como língua oficial das ex-colônias Britânicas. Nesse último contexto, a oficialização do inglês gera processos brutais de exclusão política e social, a exemplo de países africanos como a Nigéria, o Quênia e a Tanzânia.³ Como afirmam Ali e Alamin Mazrui, a oficialização de línguas européias no pós-independência dos países africanos é, em grande parte, sustentada pelas políticas neocoloniais que prevalecem no continente (204).⁴ Nesse sentido, é preciso enfatizar que a relação de cumplicidade existente entre as elites governantes da África e grandes corporações financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, afeta não apenas os setores econômicos e políticos dos países africanos, mas condiciona, em larga escala, suas agendas culturais e educacionais (204). Como afirma Toyin Falola, “hoje, não podemos criticar o imperialismo europeu na África sem também criticar a elite africana que gerencia o mundo pós-colonial” (44).

Segundo Ali e Alamin Mazrui, é preciso que se entenda a problemática lingüística na África considerando-se que a marginalização das línguas africanas é potencializada pelo impacto causado pelos Planos de Ajuste Estruturais (*Structural Adjustment Plans* – SAPs) impostos aos países africanos pelo FMI e pelo Banco Mundial. Suas políticas implicam, basicamente, que os “países emergentes” e menos desenvolvidos redirecionem os fundos originariamente destinados a áreas como educação, saúde e moradia, para pagar juros da dívida externa. No continente africano, os Planos Estruturais vêm exercendo um enorme impacto nos sistemas educacionais por meio, por exemplo, da privatização das universidades, que reduz de forma drástica o número de alunos no ensino superior, privilegiando aqueles que pertencem às elites e que são também, não por coincidência, proficientes nas línguas européias (204). Mas é necessário salientar também o papel das SAPs na promoção do inglês como língua universal:

These effects of the SAPs imposed by the World Bank and the IMF fit perfectly well with the expanding role of the English language as a medium of global capitalism—whether or not there is an explicit reference to this connection as part of a broader agenda of the two Bretton Woods institutions. If the forces of capitalism once provided the unparalleled stimulus for the globalization of English, the language has now become critical for the consolidation of capitalism on a global scale. Within the international capitalist context, the centre has virtually been serving as the ‘proprietor’ while the periphery can be likened more to the labour and consumer dimension of the capitalist equation. And it is the English language which allows the ‘proprietor nations’ of the centre to have contact with each and every ‘consumer nation’ of the periphery in a way that leads only to the increasing consolidation of the global capitalist market. As leading representatives of international capitalism, the World Bank and the IMF can be expected to have a vested interest in this interplay between linguistics and economics, to the detriment of African languages. (204)

É bem possível, nesse contexto, que a apropriação da língua inglesa por escritores e intelectuais dos países periféricos apresente-se agora mais problemática do que o foi no passado. É que ao apropriar-se da língua inglesa, o intelectual migrante contribui para sua hegemonia e, conseqüentemente, para a formação e manutenção de sistemas de exclusão em seus países de origem, além de promover, ainda que involuntariamente, a contínua

³ Consultar, por exemplo, Ayo Bamgbose, *Language and Exclusion: The Consequences of Language Policies in Africa*, Hamburg, Lit, 2000.

⁴ Para uma definição do termo neocolonialismo consultar, por exemplo, Ngũgĩ wa Thiong’o, *Decolonizing the Mind: the politics of language in African literature*, Nairobi, EAEP, 1997.

marginalização de línguas minoritárias.⁵ Em outras palavras, o dilema de Caliban já não se aplica com a força do passado: usar a língua do colonizador para “amaldiçoá-lo” tornou-se um trágico privilégio de certa classe de intelectuais, que é, por definição, alienada do “colonizado” do presente.⁶ Parece indispensável, portanto, que o intelectual de hoje considere não somente o conteúdo de seu texto, mas também a língua em que escreve. Não se pode negar, obviamente, o valor político de obras escritas em inglês por críticos como Gayatri Spivak, Ngũgĩ wa Thiong’o e Aijaz Ahmad, entre outros, que ajudaram a entender as relações coloniais e pós-coloniais entre os centros e as periferias do capitalismo. Porém, sendo o inglês uma língua restrita às elites, a produção exclusiva de obras críticas e literárias em inglês contribui para a manutenção de desigualdades entre aqueles que têm e os que não têm acesso à língua. Em outras palavras, a utilização da língua inglesa por intelectuais e escritores das ex-colônias pode traduzir-se em certo grau de alienação, promovendo o bilingüismo de que fala Spivak. Um estudo comparativo entre as políticas lingüísticas (*politics of language*) de dois renomados escritores africanos, Chinua Achebe e Ngũgĩ wa Thiong’o, pode ajudar no entendimento dessas questões e abrir um espaço de reflexão sobre possíveis alternativas para a apropriação da língua inglesa pelo intelectual na diáspora.

A apropriação da língua inglesa por escritores africanos é em geral justificada pela definição do inglês como língua universal, o que a torna capaz de alcançar uma vasta audiência se comparada a línguas locais; pelo fato de o inglês ser adotado como língua oficial em vários países africanos; pela noção de que a prática da apropriação subjuga, contamina e distorce a língua do colonizador, transformando-a em uma língua outra (daí a noção de que a língua inglesa tornou-se plural e heterogênea); e, finalmente, pela idéia de que não há saída para o dilema de Caliban, ou seja, para o escritor africano educado no ocidente ou em escolas coloniais anglo-americanas não há outra possibilidade de resistência senão apropriar-se da língua imposta pelo colonizador.

Achebe, por exemplo, defende o uso da língua inglesa em sua produção literária com base nesses argumentos. Em entrevista com Charles Rowell, em 1989, Achebe refere-se ao “privilégio especial” da língua inglesa na Nigéria, apontando para as vantagens de seu uso por escritores africanos:

A língua inglesa nunca esteve tão próxima do Igbo, do Hausa ou do Yorùbá em qualquer outro lugar do mundo. Portanto, ela tem que ser diferente uma vez que essas outras línguas e seu meio-ambiente não são inertes. Eles são ativos e agem sobre essa língua que invadiu seu território. E o resultado de toda essa série complexa de ações e reações é a língua que usamos. A língua em que escrevo. E, portanto, ela se torna *fortalecida* por meio da experiência de seu encontro comigo. Uma de suas vantagens é a seguinte: embora seja diferente, ela não é tão diferente a ponto de precisar ser estudada na América, na Índia, no Quênia ou em qualquer outro lugar onde o inglês já é falado. Portanto, ela definitivamente possui certas vantagens que nós só podemos ignorar para nossa própria desvantagem. A língua inglesa é uma língua mundial num sentido que o Hausa, o Yorùbá ou o Igbo não são. Não há meio de mudarmos essa situação. Mas não significa dizer que devemos, portanto, colocar essas outras línguas para dormir. Não é isso que estou dizendo. O que estou dizendo é que temos uma situação multilíngüe muito, muito complexa e dinâmica da qual não podemos fugir, mas apenas conter e controlar. (ROWELL, 1989, p. 176-177)

⁵ Os termos “minoritária” e “subalterna” serão usados ao longo do texto como sinônimos de línguas marginalizadas, ainda que tais línguas constituam uma maioria numérica nas sociedades em que estão inseridas.

⁶ O termo ‘classe’ deve ser aqui entendido no sentido descrito por Raymond Williams como “uma posição social relativa, adquirida por nascimento ou por mobilidade social” e como “uma categoria econômica, incluindo-se todos os que estão objetivamente numa mesma situação econômica”. Raymond Williams, *Keywords: a vocabulary of culture and society*, Revised Edition, New York, Oxford University Press, 1983, p. 68.

No processo de apropriação, a língua inglesa é, segundo Achebe, enriquecida pelo contato com as línguas africanas. As línguas maternas funcionam nesse caso como fontes ou recursos a partir dos quais o escritor africano anglófono extrai elementos para enriquecer a língua apropriada, preservando, no entanto, a sua inteligibilidade. Um dos resultados desse processo é que, ao optar pela apropriação e pelo enriquecimento da língua inglesa, o escritor faz muito pouco para o enriquecimento de sua própria língua materna. Convém ressaltar que a incorporação de palavras e expressões da língua inglesa ao vocabulário das línguas africanas produziria, supostamente, um efeito contrário. A incorporação significaria um empobrecimento das línguas maternas, uma vez que apontaria para suas deficiências e limitações lingüísticas. Por que, então, no caso do inglês, o contágio significa fortalecimento?

Identificada e constituída como língua do capital financeiro e do poder (JAMESON, 1998; MAZRUI, 1998), a língua inglesa assumiu recentemente um caráter flexível que lhe permite absorver vocabulários, sotaques, ritmos, sintaxes e expressões idiomáticas de outras línguas – como se constata nas obras de Achebe – ao mesmo tempo em que sua legibilidade não é comprometida. Este processo potencializa a hegemonia do inglês ao mesmo tempo em que desqualifica e estigmatiza as línguas africanas. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao escrever em inglês, o escritor africano está, de fato, “colocando essas outras línguas para dormir”. O indispensável texto de Karin Barber “African-Language Literature and Postcolonial Criticism” ajudou a entender essa relação entre o enriquecimento da língua inglesa e a desvalorização das línguas africanas no período pós-colonial. Na perspectiva de Barber, a idéia sustentada pelos estudos pós-coloniais de que o colonizado é silenciado até que seja capaz de apropriar-se da língua do colonizador distorce o papel cultural, político e social das línguas africanas maternas:

Remeter-se à experiência cotidiana na África colonial/pós-independência é escrever; e escrever significa escrever em inglês. Essa foi a suposição feita pela crítica da Commonwealth e de sua herdeira, uma vertente jovial da crítica pós-colonial. Seu efeito foi relegar expressões em línguas nativas a um domínio impreciso de “tradições orais” que pertencem propriamente ao passado pré-colonial. O papel das tradições orais/repertórios em línguas nativas nesse modelo é de precursor e, especialmente, de um conjunto de recursos lingüísticos e temáticos do qual o(a) escritor(a) anglófono(a) se utiliza para remodelar a língua inglesa da qual se apropria. (BARBER, 1995, p. 7)

Barber (1995, p. 12) analisa a produção literária na Nigéria ocidental e mostra como a literatura Yorùbá tornou-se um importante veículo de expressão e representação das relações sociais e imaginárias da população. A autora ressalta que a cultura africana popular contemporânea incorpora uma grande variedade de gêneros e constitui um espaço de “metamorfoses e mutações, em que textos escritos são representados, textos representados podem ganhar forma e revisão escrita, e uma rede de alusões e referências cruzadas permitem que audiências em qualquer estado de alfabetização acessem textos de uma forma ou de outra”. São expressões literárias e culturais, enfatiza Barber, que não almejam o mundo ocidental como interlocutor. Ou seja, em oposição às literaturas africanas escritas em línguas européias, as expressões orais e a literatura Yorùbá tratam de questões, interesses e conflitos de suas comunidades imediatas, sem terem como foco principal a chamada condição pós-colonial. Nesse sentido, conclui a autora (1995, p. 11), “o modelo proposto pela crítica pós-colonial – segundo o qual a glotofagia colonial silencia o nativo até que ele ou ela domine e subverta a língua do colonizador – é baseado em um equívoco fundamental, quase uma disposição para a ignorância”.

Minha sugestão neste trabalho é de que a negligência ocidental para com a produção literária e cultural em línguas africanas maternas é nutrida tanto pela crítica pós-colonial como pelo escritor africano que insiste em promover, no ocidente, o uso da língua inglesa na produção da literatura africana. No caso de Achebe, escrever em inglês significa, ao mesmo tempo, afirmar um sentido de africanidade para o ocidente e conquistar o reconhecimento das elites intelectuais das metrópoles.⁷ É o que revelam muitos de seus depoimentos em relação à cultura ocidental. Em entrevista com Bill Moyers (1989, p. 343), por exemplo, Achebe define como gostaria de ser visto pela cultura americana: “Em primeiro lugar, nós somos pessoas. Não somos seres estranhos. ... Eu diria simplesmente: olhe para a África como um continente de pessoas. Eles não são demônios, eles não são anjos, são apenas pessoas. E os escute. Nós já ouvimos muito”. Como lembra Moradewun Adejunmobi (1999, p. 588) em relação ao intelectual africano, “a preocupação com a africanidade ... quase sempre envolve um respeito implícito pelo olhar não-africano”. Mais que isso, a apropriação da língua do colonizador por Achebe parece resultar menos de uma preocupação genuína com a valorização e fortalecimento das culturas africanas do que de uma condição que pode ser definida em termos do que Gregory Castle (2002, p. 534) chamou “*the deracinated native intellectual*”. Ou seja, o intelectual que se alienou de sua cultura local e que nutre sentimentos ambíguos de ressentimento, desprezo e admiração pela metrópole, pela qual espera ser reconhecido e aclamado. No trecho acima, a passagem constante de “nós” para “eles” é em si um sintoma da condição de intelectual nativo desenraizado que caracteriza a relação de Achebe com a cultura do colonizador. Como parte de uma coletividade (nós), Achebe é alvo de discriminação e racismo. Por outro lado, ao colocar os africanos em uma posição distanciada, evidenciada no pronome “eles”, Achebe assume a condição de conselheiro, capaz de definir de que forma os povos africanos devem ser vistos e representados pelo ocidente. É justamente essa relação ambígua com o ocidente que dificulta o desenvolvimento de uma crítica coerente em Achebe sobre a problemática lingüística na África. Sua defesa do uso do inglês para a produção da literatura africana surge de uma relação angustiante com as culturas anglo-americanas e o leva a ignorar as implicações ideológicas da hegemonia do inglês dentro e fora do continente africano.

Uma dessas implicações é, evidentemente, o distanciamento do escritor em relação às populações que ele busca representar em suas obras por meio da língua inglesa. Embora o escritor (1988, p. 65) defina sua produção literária como “necessariamente local e particular”, e pontue (1975, p. 68) seu papel como sendo o de “ajudar [sua] sociedade a acreditar novamente em si mesma e deixar de lado os complexos causados pelos anos de degradação e aviltamento”, o fato de suas obras serem escritas em uma língua falada na Nigéria por uma minoria que constitui a elite intelectual, política e econômica do país produz uma contradição insolúvel que Achebe só pode confrontar de maneira precária e elusiva. Uma de suas respostas para o problema consiste na idéia de que o uso do inglês jamais envolveu uma decisão ou uma escolha em sua carreira, já que sua formação intelectual deu-se justamente na língua do colonizador (DONGALA, 1999). Em um outro momento, porém, Achebe (1975, p. 119) havia já afirmado ser “perfeitamente bilíngüe”. Nesse caso, escrever em inglês é tanto uma opção quanto o seria escrever em Igbo, uma opção política, não sem conseqüências. Em entrevista com Emmanuel Dongala (1999), Achebe metaforiza sua escolha pela língua inglesa afirmando que possui “duas mãos” igualmente produtivas, uma dedicada ao inglês e a outra a sua língua materna. É verdade que Achebe escreveu alguns poemas em Igbo além de ter participado da fundação e publicação, desde 1982, do periódico *Uwa Ndi Igbo: A Bilingual Journal of Igbo Life and Arts*. Mas a igualdade atribuída pelo escritor as suas “duas mãos” dificilmente pode ser sustentada em face da desproporção e do desequilíbrio na produtividade

⁷ Consultar Bill Moyers, *A World of Ideas: Conversations with Thoughtful Men and Women About American Life Today and the Ideas Shaping Our Future*, ed. Betty Sue Flowers, New York, Doubleday, 1989, 335-343.

de cada uma delas. Sua pequena produção em Igbo atesta para o privilégio da língua inglesa em sua carreira literária. Nesse sentido, a afirmação de que possui duas mãos igualmente produtivas incorpora, num certo nível, as contradições presentes na própria questão da língua. Pois, em realidade, uma de suas mãos, não fortuitamente, enfraqueceu a outra.

Escrever em línguas africanas maternas é desvantajoso, segundo Achebe, uma vez que a língua inglesa tornou-se universal. Porém, como afirma o próprio autor em *Morning Yet on Creation Day* (1975, p. 40), a língua inglesa é restrita a uma elite nigeriana já que a maioria da população do país não tem acesso à escolarização formal. Logo, pode-se dizer que, ao apropriar-se da língua do colonizador, o escritor transcodifica as culturas africanas para uma audiência elitista dentro e fora da África, um papel que pode ser inserido numa categoria de intelectuais que Kwame Appiah (1996, p. 62-63) denominou “comprador intelligentsia”, ou seja, “um grupo de escritores e pensadores relativamente pequeno e treinado no Ocidente, que faz a mediação do comércio de mercadorias culturais do capitalismo mundial nas periferias”... : “no Ocidente eles são conhecidos através da África que oferecem, seus contrterrâneos os conhecem tanto pelo Ocidente que apresentam para África como por meio de uma África que eles inventaram para o mundo, para si mesmos e para a África”. A partir dessa perspectiva, a violência da representação é silenciada numa prática que ignora a incomensurabilidade da diferença ao empacotar as culturas africanas para consumo na indústria da tradução da língua inglesa. A transcodificação é realizada nesse caso por meio de uma síntese problemática entre conteúdo e meio lingüístico. Ou seja, o autor escreve sobre uma cultura local em uma língua supostamente universal, que, por sua vez, é estrategicamente modificada de tal forma a preservar sua legibilidade e assegurar o sucesso do escritor no mercado internacional de livros. Afinal, a língua apropriada é “**diferente, mas não tão diferente**” a ponto de tornar impraticável sua circulação na indústria cultural internacional. Escrever em inglês é vantajoso, portanto, na medida em que torna mundialmente conhecidas as obras de uma elite intelectual africana, cuja valorização no mercado depende precisamente da contínua afirmação de um sentido de africanidade. Em outras palavras, o escritor, “para sua própria vantagem”, deve modificar a língua inglesa somente na medida em que ela permaneça reconhecível para o leitor estrangeiro.

É preciso, portanto, diferenciar a apropriação do inglês realizada pelo intelectual migrante daquelas realizadas pelas massas (sobretudo na África ocidental), que resulta no inglês pidgin. Uma língua pidgin pode eventualmente torna-se uma língua crioula e ser posteriormente descreolizada, adquirindo características e complexidades próprias de uma nova língua (MAZRUI, 1998, p. 166). Os pidgins são, portanto, passos importantes para a criação de novas línguas autóctones e para a promoção da diversidade cultural. Por outro lado, o tipo de apropriação defendida pelos escritores pós-coloniais, como no caso de Achebe, objetiva uma reprodução permanente da língua inglesa, que é apenas convenientemente modificada. O que aparece como subversão e transgressão da língua do colonizador e, portanto, produção de diferença, revela-se, em realidade, como a **repetição do mesmo** com alguma variação. Nesse contexto, a apropriação da língua inglesa pelo intelectual migrante constitui-se menos como gesto de resistência do que como prática afirmadora da homogeneização cultural levada a cabo pela hegemonia do inglês no mundo dito globalizado. A diferença entre essas duas formas de apropriação está ligada, portanto, às funções próprias de cada língua gerada pela apropriação do inglês: uma conectada à vida cotidiana das massas e a outra direcionada a uma audiência estrangeira e a uma elite intelectual interna. Assim, enquanto os escritores africanos são aclamados nas academias do ocidente por seu uso idiossincrático do inglês, o uso do pidgin é usualmente associado à falta de educação, analfabetismo e inferioridade econômica. Por ser apenas parcialmente modificado, o inglês apropriado por escritores pós-coloniais renomados é facilmente absorvido pela indústria cultural do ocidente. Ao contrário, o inglês pidgin segue como língua subalterna,

Nossa idéia é encorajar um modelo de conversa cultural, ou seja, línguas marginalizadas conversando entre si. Nós interpretamos tradução como conversa. E conversa pressupõe igualdade. Então, pode-se ter uma língua americana nativa tendo esse tipo de diálogo com uma língua queniana, com uma língua brasileira, com uma língua indiana ou asiática, ou ainda pode-se ter esse tipo de diálogo entre uma língua marginalizada e uma língua européia, por exemplo. Esse é o tipo de pensamento que estamos desenvolvendo aqui no centro, e acreditamos que esse tipo de modelo é aplicável ao Quênia e a muitas outras partes do mundo. (RODRIGUES, 2000, p. 162)

Embora criticada como forma de nativismo,⁹ a proposta de Ngũgĩ pela redefinição do papel das línguas subalternas no contexto mundial é essencialmente dialética na medida em que enfatiza o papel sempre inacabado da tradução e busca uma alternativa para as relações de poder mantidas pela divisão internacional entre línguas dominantes e línguas marginalizadas. Sua política lingüística aponta para as complexidades envolvidas na relação entre o “local” e o “global”, enfatizando o papel da língua como instrumento de opressão política e social e, por outro lado, como elemento fundamental para a democratização do conhecimento e para o aumento da participação política dos povos africanos.

Convém lembrar que a valorização das línguas africanas está associada a projetos de inclusão social e política e à erradicação do analfabetismo no continente. Como afirma o sociólogo Ayo Bamgbose, o fim do analfabetismo na África depende em grande parte do uso de línguas africanas como meio de instrução no primeiro e segundo níveis do processo de escolaridade formal. Em *Language and Exclusion*, Bamgbose (2000, p. 60-66) propõe que o planejamento lingüístico seja reformulado nos países africanos de forma a permitir a implementação de uma educação multilíngüe com base nos seguintes pontos: que crianças e adultos sejam educados em suas línguas maternas (ou na língua da comunidade mais próxima, desde que já seja falada pelo educando como segunda língua) e em uma língua franca, isto é, uma língua nacional falada por um grande número de pessoas como, por exemplo, a língua Yorubá na Nigéria; que a aprendizagem de línguas européias faça parte de um programa de pós-alfabetização; e que o planejamento lingüístico inclua estratégias de implementação. Bamgbose (2000, p. 88) também ressalta a necessidade de reformas socialmente positivas que confirmem prestígio às línguas africanas entre as populações, pondo em questão a estigmatização que as envolve. Nesse sentido, pode-se pensar na formulação de políticas afirmativas que impliquem o conhecimento de pelo menos uma língua africana para a ocupação de empregos. Finalmente, Bamgbose afirma que uma das dificuldades enfrentadas para se implementar tal projeto é a falta de material didático em línguas africanas. Não é difícil imaginar, portanto, como uma política lingüística que visa, como no caso de Ngũgĩ, o enriquecimento das línguas maternas poderia contribuir para a reformulação do sistema educacional na África nos termos propostos por Bamgbose. Seja como for, sua extensa obra em gĩkũyũ bem como os projetos desenvolvidos no Centro Cultural de Kamĩrĩĩthũ e, atualmente, no *Center for Writing and Translation* são passos importantes para o fortalecimento das línguas africanas autóctones que a apropriação da língua inglesa e a transcodificação das culturas africanas dificilmente conseguiriam realizar.

O lugar primordial da resistência parece estar hoje, mais do que nunca, no respeito à diferença. A apropriação da língua inglesa, embora historicamente entendida como transgressora, parece, no entanto, mais próxima da repetição do mesmo do que do respeito à

⁹ Consultar, por exemplo GIKANDI, Simon, *Ngugi wa Thiong'o*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

pluralidade. Associada ao capital financeiro e às elites internacionais americanas e britânicas (incluindo-se aqui as elites das ex-colônias), a língua inglesa tornou-se um componente de dominação neocolonial disfarçada sob a égide de língua globalizada e globalizante. As línguas que não se globalizam, obviamente por limitações econômicas e históricas, tornam-se “locais” e passam a ser caracterizadas em termos de atraso cultural e tecnológico. Nesse contexto, pode-se dizer que a valorização e proteção das línguas africanas maternas por meio de estudos, propostas, projetos e políticas lingüísticas e educacionais socialmente inclusivas vão de encontro à indústria da transcodificação e constituem-se, portanto, como forças de oposição e resistência cultural. Por outro lado, o paradigma da apropriação revela-se problemático como instrumento de resistência cultural no mundo contemporâneo na medida em que reforça a violência da representação a partir do bilingüismo entre o inglês e línguas subalternas. A proposta de Ngũgĩ por um projeto de diálogo e igualdade entre as línguas mundiais (incluindo-se aqui a própria língua inglesa) parece promover, ao contrário, o respeito à diferença e à diversidade cultural da África, que a própria crítica pós-colonial, para voltar a Barber, ignorou de forma sistemática. Seu projeto, finalmente, aponta para a possibilidade de alternativas políticas no que se refere ao escritor historicamente implicado no hibridismo migrante, seja pela migração forçada, o exílio, como é o caso de Ngũgĩ, ou pela migração voluntária de Achebe. Se a violência da representação não pode ser completamente evitada, é possível, ao menos, atenuá-la. Diferentemente da proposta de Achebe pela apropriação vantajosa da língua inglesa, a política lingüística de Ngũgĩ revela-se como força de crítica à indústria da tradução enquanto transcodificação e como gesto de resistência capaz de enfraquecer, ao menos em parte, a violência social e cultural que caracteriza o bilingüismo neocolonial de nossos tempos.

Referências Bibliográficas

- ACHEBE, Chinua. **Morning Yet on Creation Day: Essays**. Garden City, NY: Anchor Press/Doubleday, 1975.
- _____. **Home and Exile**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. **Hopes and Impediments: Selected Essays, 1965-1987**. London: Heinemann, 1988.
- ADEJUNMOBI, Moradewun. Routes: language and the identity of African Literature. **The Journal of Modern African Studies**, v.37, n. 4, p. 581-596, 1999.
- APIAH, Kwame A. Is the Post- in Postmodernism the Post- in Postcolonial? In: MONGIA, Padmini (Org.). **Contemporary Postcolonial Theory: A Reader**. London: Arnold, 1996. 55-71.
- BAMGBOSE, Ayo. **Language and Exclusion: The Consequences of Language Policies in Africa**. Hamburg: Lit, 2000.
- BARBER, Karin. African-Language Literature and Postcolonial Criticism. **Research in African Literatures**, v. 26, n. 4, p. 3-30, 1995.
- BENJAMIN, Walter. **Illuminations**. Hannah Arendt (Org.). Harry Zohn (Trad.). New York: Schocken Books, 1968.
- CASTLE, Gregory. Ambivalence and Ascendancy in Bram Stoker's *Dracula*. In: RIQUELME, John Paul (Org.). **Dracula**. Boston: St. Martin's Press, 2002. 518-537.
- DONGALA, Emmanuel. Conversation with Chinua Achebe about his Return Home to Nigeria. Bard College, Annandale-on-Hudson, New York. Disponível em: <http://www.bard.edu/institutes/hrp/achebeevent.htm>. Acesso em 29 nov 2003.
- JAMESON, Fredric. Notes on Globalization as a Philosophical Issue. In: JAMESON, Fredric; MIYOSHI, Masao. **The Cultures of Globalization**. Durham: Duke University Press, 1998. 54-77.
- MAZRUI, Ali A. and Mazrui, Alamin M. **The Power of Babel: Language and Governance in the African Experience**. Nairobi: East African Educational Publishers, 1998.
- MOYERS, Bill. **A World of Ideas: Conversations with Thoughtful Men and Women About American Life Today and the Ideas Shaping Our Future**. New York: Doubleday, 1989. 333-344.
- RODRIGUES, Ângela Lamas. Beyond Nativism: An Interview with Ngũgĩ wa Thiong'o. **Research in African Literatures**, v. 35, n. 3, p.161-167, 2004.
- ROWELL, C. H. An Interview with Chinua Achebe. In: LINDFORS, Bernth. **Conversations with Chinua Achebe**. Jackson: University Press of Mississippi, 1997. 165-184.
- SPIVAK, Gayatri. "Translation as Culture." **Parallax**, v. 6, n. 1, p. 13-24, 2000.
- THIONG'O, Ngũgĩ wa. **Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature**. Nairobi: EAEP, 1997.